

HÁ FUNDAMENTALIDADE NOS MODELOS DE VAR FISCAL TÍPICOS PARA O BRASIL?

Christian Vonbun

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail*: <christian.vonbun@ipea.gov.br>.

Elcyon Caiado Rocha Lima

Professor associado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Os modelos de vetor autorregressivo (VAR) consistem na pedra angular da pesquisa empírica macroeconômica contemporânea, neste *Texto para Discussão* especificamente no que tange à mensuração dos impactos da política fiscal. Podem servir de modelos ateóricos, bem como para auxiliar na estimação e nos testes de adequação aos dados dos modelos teóricos de equilíbrio geral estocástico dinâmico (*dynamic stochastic general equilibrium* – DSGE), a principal ferramenta teórica de modelos macroeconômicos modernos. Podem, todavia, padecer de patologias, entre elas duas que podem viesar as estimativas em qualquer direção e intensidade: a não causalidade e a não fundamentalidade. Ambas são inter-relacionadas e associadas à não suficiência do conjunto de informação do econometrista para estimar os coeficientes do modelo.

Este estudo é o primeiro que emprega os testes mais eficazes para detectar a não fundamentalidade – os testes de Forni e Gambetti (2014)¹ e de Canova e Sahneh (2018)² – em dados fiscais do Brasil.

Ambos os testes de fundamentalidade refutaram a existência de fundamentalidade nos modelos de VAR fiscais típicos da literatura brasileira.

1. Forni, M.; Gambetti, L. Sufficient information in structural VARs. *Journal of Monetary Economics*, v. 66, n. C, p. 124-136, 2014.

2. Canova, F.; Sahneh, M. H. Are small-scale SVARs useful for business cycle analysis? Revisiting non-fundamentalness. *Journal of the European Economic Association*, v. 16, n. 4, p. 1069-1093, Aug. 2018.